



## **Requerimento de informações nº        de 2017**

**(Deputado Weverton Rocha)**

Requerimento de informações ao ministro de Estado da Fazenda solicitando informações acerca da atuação no mercado financeiro do Banco Clássico e de seu presidente, José João Abdalla Filho relativo às operações com ações de emissão da Eletrobras.

**Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Exmo senhor Ministro de Estado da Fazenda o requerimento de informações acerca da atuação no mercado financeiro do Banco Clássico S/A e de seu presidente, José João Abdalla Filho, relativo às operações com ações de emissão da Eletrobras. Destaco que o não atendimento do requerimento de informação no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas importa em crime de responsabilidade.**

O Ministério de Minas e Energia informou em 21 de agosto de 2017 que proporia ao governo federal a "redução da participação da União" na Eletrobras.

O maior acionista privado da Eletrobras é o Banco Clássico, o qual se presta unicamente à gestão dos recursos de José João Abdalla Filho. Devido a amplitude de sua participação na Eletrobras, o Banco Clássico conseguiu que seu vice-presidente José Pais Rangel fosse indicado como conselheiro na Eletrobras.



Em virtude da valorização das ações da Eletrobras após o anúncio de sua venda, o Banco Clássico aumentou seu patrimônio em 600 milhões de reais nos dias que sucederam ao anúncio governamental.

Deve-se observar, contudo, que a negociação do papel ordinário da Eletrobras teve movimentação atípica nos três pregões que antecederam o anúncio. Observou-se um movimento de R\$ 38 milhões no dia 17, R\$ 51 milhões no dia 18 e 37 milhões no dia 21, anteriormente ao anúncio. Entre os dias 14 e 16 o giro variou de 18 a 21,7 milhões de reais.

Diante do exposto, formulo as questões abaixo:

- 1) O Banco Clássico aumentou sua posição na eletrobras nos dias que antecederam ao anúncio de sua eventual privatização?
- 2) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) planeja investigar se as operações realizadas no período de 17 a 21 de agosto foram decorrentes de informação privilegiada? Há algum processo investigativo em andamento neste sentido? Quando estará concluído?
- 3) Na hipótese de se confirmar o uso indevido de informações privilegiadas, quais são as possíveis sanções a serem impostas aos responsáveis e a quem serão direcionadas?

Respeitosamente,

Sala das Sessões,            de agosto de 2017.

**Weverton Rocha**  
Deputado federal

